



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PROCURADORIA-GERAL  
DO MUNICÍPIO

## **Processo Seletivo Residência Jurídica PGM 2023**

### **Cópia da Prova**

**1) À luz das regras constitucionais referentes ao regime jurídico dos servidores públicos assinale a alternativa que NÃO se aplica aos servidores ocupantes de cargo público:**

- A) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- B) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso da Administração Pública;
- D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- E) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

**2) No que diz respeito ao regime dos bens públicos é CORRETO afirmar:**

- A) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá direito de uso, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural
- B) Atendidos os requisitos legais, os imóveis públicos podem ser objeto de concessão de direito real de uso.
- C) Os bens públicos com metragem inferior a duzentos metros quadrados podem ser objeto de permissão de uso pelo período máximo de 2 (dois) anos.
- D) A cessão de uso de bens públicos depende de viabilidade de permuta entre órgãos públicos.

- E) A investidura de bens públicos depende de doação com encargo.

**3) Com relação ao controle das atividades administrativas é INCORRETO afirmar:**

- A) a fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Estadual, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Ministério Público Estadual.
- B) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- C) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- D) A ação popular é um meio de controle da Administração Pública onde qualquer cidadão pode postular a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- E) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**4) Sobre serviços públicos e as formas de sua prestação, é correto afirmar que:**

- A) Prevalece no Brasil que se considera Serviço Público toda e qualquer atividade prestada diretamente pelo Estado.
- B) Não é possível a celebração de contrato de parceria público-privada para a construção de uma obra pública, desvinculada da prestação de um serviço público ou social.
- C) Concessão Administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- D) É vedada a celebração de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- E) Concessão de Serviço Público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

**5) Leia as afirmações abaixo e, considerando a Lei 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) O concurso é modalidade licitatória empregada quando se pretende escolher trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para o qual se estipula prêmio ou remuneração ao vencedor.
- B) Nos termos do que prevê a Nova Lei de Licitações, a contratação de cursos de aperfeiçoamento e capacitação de servidores públicos pode se dar por meio de inexigibilidade de licitação.
- C) No caso de um edital de licitação estipular que obrigatoriamente 10% da mão de obra empregada pela licitante vencedora para executar o objeto contratado deva ser composto por mulheres vítimas de violência doméstica ou por egressos do sistema prisional, tal cláusula editalícia será

considerada ilegal por restringir a competição e a livre-iniciativa.

- D) Havendo empate entre duas ou mais propostas em um processo licitatório, aplicar-se-á, dentre os critérios de desempate, o de comprovação de desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- E) O pregão é modalidade licitatória que pode ser empregada para efetuar o registro de preços para fornecimento de bens, diferentemente da concorrência, que é modalidade licitatória que não pode ser usada para este fim.

**6) Assinale a alternativa correta acerca de atos e poderes administrativos:**

- A) A elaboração de um regimento interno de órgão do Poder Executivo, a exemplo do Conselho Superior da PGM, é exemplo da prática de ato administrativo no exercício da função normativa.
- B) A anulação de ato administrativo ilegal depende de provocação a ser dirigida à autoridade competente para promover a revisão do ato em questão.
- C) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é do tipo absoluta.
- D) A revogação de ato administrativo pode ocorrer no caso de nulidade do ato, bastando para isso que o referido ato seja discricionário.
- E) Quando uma autoridade pública pratica ato administrativo fora das atribuições que lhe foram fixadas pela legislação, se pode afirmar que há vício no elemento “eficácia” do respectivo ato.

**7) “Com a reforma de 2018, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB se assumiu como lei bússola do direito público, para assim catalisar sua renovação. A Nova LINDB – isto é, os artigos acrescidos pela Lei nº 13.655, de 2018 – é um software para servir como parte geral do direito público. Ela procurou consolidar, por meio de orientações universais e vinculantes, a evolução ocorrida nas últimas décadas em temas como vigência, interpretação, validade, invalidação, preservação e produção de atos e normas no campo público. Para viabilizar esse objetivo, resgatou e expandiu a ideia, adotada pelo Brasil desde a década de 1940, de uma lei orientadora, ferramenta primária do trabalho jurídico, definidora dos grandes modos de funcionamento do Direito, para induzir à operação articulada das normas gerais ou individuais de que ele se compõe.**

**Os artigos 20 a 30 da Nova LINDB não têm conteúdo propriamente revolucionário: eles só transformaram em texto legal explícito, de caráter universal, exigências que, em muitos foros, acadêmicos ou práticos – o do controle público, inclusive – já vinham sendo feitas, e que traduzem soluções jurídicas contemporâneas e adequadas. O revolucionário mesmo foi trazer esses temas para a velha LINDB e transformá-la em referência da Administração Pública, da regulação administrativa e do controle público. As normas acrescidas são relativamente poucas e concisas. Sua linguagem incorpora terminologia e concepções contemporâneas. Fala-se em gestão pública (art. 22, caput), políticas públicas (art. 22, caput), consequências práticas das decisões (art. 20, caput), necessidade e adequação das medidas (art. 20, parágrafo único), obstáculos e dificuldades reais do gestor (art. 22, caput), circunstâncias práticas (art. 22, §1º), alternativas de decisão (art. 20, §1º), regime de transição (art. 23), regularização proporcional e equânime (art. 21, parágrafo único), orientações gerais estabelecidas (art. 24), orientações novas (art. 23), orient**

- A) O art. 26 da LINDB é um permissivo genérico para a celebração de acordos administrativos;
- B) O art. 28 da LINDB permite a responsabilização pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro

grosseiro;

- C) De acordo com o art. 23 da LINDB, a decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais;
- D) O art. 20 da LINDB veda a utilização de princípios em decisões administrativas;
- E) De acordo com o art. 29 da LINDB, em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

**8) “O instituto jurídico consubstanciado na noção de ‘processo administrativo’ traduz uma perspectiva mais moderna e mais democrática do Direito Administrativo.**

**Com efeito, os institutos mais antigos do Direito Administrativo foram construídos, em geral, a partir de uma visão autoritária de Estado. Conceitos como unilateralidade, coercitividade, imperatividade, guardam, em geral, resquícios de regimes não democráticos. A própria atividade decisória da Administração Pública, quando concentrada exclusivamente na noção de ato administrativo, tendia ao autoritarismo.**

(...)

**Daí por que se afirma que os processos administrativos são instrumentos de democratização do Direito Administrativo, uma vez que, assegurada a participação do cidadão na construção das decisões que o alcançarão, ele deixará de ser um simples e inoperante destinatário da função administrativa para ser, além de destinatário, alguém que contribui para a Administração Pública tomar suas decisões”. (Rafael Maffini. Elementos de Direito Administrativo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, p. 129.).**

**Assinale a alternativa que não apresenta princípio específico de processo administrativo:**

- A) princípio do contraditório e da ampla defesa;
- B) princípio do panprincipiologismo moderado;
- C) princípio da oficialidade;
- D) princípio da gratuidade;
- E) princípio da verdade material.

**9) A respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa incorreta:**

- A) o fundamento constitucional da responsabilidade civil extracontratual do Estado está previsto no art. 37, § 6º, CF;
- B) a configuração da responsabilidade objetiva do Estado pressupõe: i) fato administrativo (conduta comissiva ou omissiva atribuída ao Poder Público); ii) dano; e iii) nexo causal.
- C) de acordo com a teoria do risco administrativo, o Estado ficaria obrigado a indenizar todo e qualquer dano sofrido, mesmo que ausente o nexo de causalidade em relação à sua conduta;

- D) São causas excludentes do nexo causal: fato exclusivo da vítima, fato de terceiro e caso fortuito ou força maior.
- E) A irresponsabilidade civil do Estado remota aos Estados Absolutistas que atuavam com autoridade (soberania) e sem qualquer limitação.

**10) O Município de Porto Alegre para manter um Serviço Público essencial, diante de uma situação extraordinária e emergencial capaz de gerar iminente perigo público, pretende se utilizar, compulsória e temporariamente, de bens e serviços particulares. O ato administrativo adequado é:**

- A) Desapropriação.
- B) Servidão administrativa.
- C) Ocupação temporária, mediante prévia indenização, devendo o particular ser escolhido com base em critérios objetivos.
- D) Requisição administrativa, que independe de autorização judicial, assegurada indenização posterior, se houver dano.
- E) Desapropriação indireta.

**11) Em relação ao poder de polícia, é correto afirmar:**

- A) O poder de polícia administrativo pode ser exercido pelos entes federados quando da execução de tarefas públicas que são de sua competência para salvaguardar o bem comum;
- B) Os entes federados que detêm poder de polícia são somente aqueles que possuem competência constitucional pela segurança pública;
- C) O Município só poderá exercer o poder de polícia se a Constituição Estadual assim dispuser;
- D) A Lei Orgânica municipal pode dispor sobre o poder de polícia administrativo e o poder da polícia judiciária, a fim de delimitar as atribuições municipais;
- E) O Poder de polícia faz parte do arcabouço de possibilidades no exercício das funções públicas municipais, mas deve sempre ser precedido de autorização judicial para ser exercido por agente público.

**12) A possibilidade do Município realizar o controle de constitucionalidade de lei municipal deve se dar:**

- A) Via Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sendo o ingresso da ação junto ao Tribunal de Justiça do Estado em que localizado o Município;
- B) Só é possível, em controle concentrado, via Recurso Extraordinário;
- C) É possível via Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta junto ao Supremo Tribunal Federal, já que o Município é ente autônomo na federação brasileira, possuindo iguais prerrogativas que os Estados;
- D) É possível em controle concentrado junto ao STF, desde que a lei tenha reprodução na Constituição Estadual, independente de sua previsão na Lei Orgânica Municipal.

- E) Em face da Constituição Estadual mediante ação direta proposta junto ao Tribunal de Justiça do Estado em que localizado o Município.

**13) Em recursos extraordinários em tramitação no Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, cuja decisão atinja tema local, é correto afirmar que:**

- A) Para o cumprimento o Município deve regulamentar a questão via lei local;
- B) O cumprimento é obrigatório e imediato em relação ao tema objeto da controvérsia, desde que o Município tenha sido parte na ação
- C) Mediante Decreto o Município pode regulamentar a matéria, deixando de cumprir integralmente a decisão e afastando o tema para sua localidade, tendo em vista a autonomia federativa trazida com a Constituição Federal;
- D) O STF pode determinar a intervenção da Corte para definir o alcance de previsão constitucional em questões relevantes sob o aspecto econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo;
- E) O Município deve aguardar Resolução do Senado para a implementação do tema resultante da repercussão geral decidida pelo STF.

**14) A CF conferiu ênfase à autonomia municipal ao mencionar os Municípios como integrantes do sistema federativo (art. 1º da CF/1988) e ao fixá-la junto com os Estados e o Distrito Federal. Considerando a autonomia municipal, nos termos da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:**

- A) A essência da autonomia municipal contém a autoadministração, que implica capacidade decisória quanto aos interesses locais, sem delegação ou aprovação hierárquica;
- B) A essência da autonomia municipal contém o autogoverno, que determina a eleição do chefe do Poder Executivo e dos representantes no Legislativo.
- C) O interesse comum entre o Municípios de uma região metropolitana e a compulsoriedade da integração metropolitana definida por lei, não são incompatíveis com a autonomia municipal.
- D) o estabelecimento de regiões metropolitanas não se contrapõe à autonomia dos municípios que venham a fazer parte de sua estrutura.
- E) todas as afirmativas estão corretas.

**15) Sobre interesse local é correto afirmar:**

- A) Interesse local é o interesse exclusivo do Município; é o interesse privativo da localidade; é o interesse único dos municípios.
- B) O entrelaçamento dos interesses dos Municípios com os interesses dos Estados, e com os interesses da União, decorre da natureza mesma das coisas. O que os diferencia é a predominância e não a exclusividade.
- C) Não faz parte da competência municipal fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- D) Os Municípios não são competentes para legislar sobre questões que digam respeito a edificações ou construções realizadas no seu território.

- E) O Município não pode legislar com o objetivo de determinar às instituições financeiras que instalem, em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários, portas eletrônicas e/ou câmeras filmadoras

**16) Nos termos da Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal. Assim,**

- A) A Constituição Federal permite que os Municípios criem os seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- B) O controle externo do Município é exercido pela Câmara Município com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município;
- C) A Procuradoria-Geral do Município não pode exercer o controle interno de legalidade do ato administrativo, ficando a análise da legalidade apenas sob o crivo do Poder Judiciário.
- D) Não é admitido no ordenamento constitucional brasileiro o denominado controle social da administração pública, uma vez que as demandas dos diversos grupos sociais não podem impedir ou dificultar o exercício da função administrativa.
- E) A hierarquia orgânica da administração não corresponde a uma forma de controle da denominada via administrativa.

**17) Sobre as atribuições dos Municípios em políticas públicas, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com as previsões constitucionais e legais sobre a matéria:**

- A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único organizado de acordo com as diretrizes constitucionais. Dentre os princípios legais do Sistema Único de Saúde (SUS), está a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo e ênfase na descentralização dos serviços para os municípios.
- B) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- C) A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Nessa seara, dentre as competências dos Municípios, destaca-se a execução dos projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- E) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. As desapropriações de imóveis urbanos serão sempre feitas com prévia indenização em dinheiro.

**18) A respeito das previsões constitucionais sobre a estrutura política municipal, assinale a alternativa CORRETA**

- A) O Município é regido por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, e promulgada pelo Prefeito.
- B) O subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será fixado por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- C) É cabível a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- D) É permitida a criação de Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- E) O Prefeito será julgado pelo Juízo do local do ilícito imputado.

**19) Considerando a competência constitucional dos Municípios para legislar sobre matérias de interesse local, é correto afirmar que esse ente federado:**

- A) Não pode definir do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.
- B) Não pode legislar sobre meio ambiente;
- C) Pode instituir taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz.
- D) Pode obrigar a instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios;
- E) Pode restringir direito de férias de servidores municipais.

**20) Marque a alternativa correta:**

- A) A convocação extraordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre cabe exclusivamente ao seu Presidente, como chefe do poder legislativo, não podendo ser feita pelo Prefeito, em virtude do princípio da separação dos poderes.
- B) Em Porto Alegre, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre aumento da remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica são de competência privativa do Prefeito;
- C) Os projetos de lei de iniciativa popular deverão ser propostos exclusivamente por meio dos vereadores porto-alegrenses, representantes do povo, não podendo ser apresentados requerimentos pelos próprios eleitores
- D) A investidura em cargo ou emprego público no Município de Porto Alegre depende de aprovação prévia em concurso público, não comportando exceções.
- E) Por estar subordinada à administração centralizada, a Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre, conhecida como EPTC, pode ser extinta por decreto do Prefeito Municipal.

**21) No que se refere à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:**

- A) Considerando-se que as leis municipais encontram seu requisito de validade na Lei Orgânica do Município, admite-se que esta seja utilizada como parâmetro de controle de constitucionalidade daquelas.
- B) Suponha que, no combate à pandemia de COVID-19, o Poder Executivo federal percebeu que suas estratégias estavam sendo alvo de críticas. Neste caso, como forma de garantir uma melhor gestão das suas estratégias e permitir uma atuação mais eficiente no que toca à proteção da saúde da população em geral, é possível que se faça uma redução na transparência nos dados referentes ao referido combate. Desta forma, haveria uma ponderação de preceitos fundamentais, culminando com a preponderância da defesa da saúde em detrimento do acesso à informação e dos princípios da publicidade e transparência da Administração Pública.
- C) Nos termos do Artigo 22, I, da Constituição brasileira, compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, onde se entende estar também incluída a instituição de feriados civis. Por conta disso, será considerada inconstitucional a lei municipal que institua feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, uma vez que haveria clara interferência na dinâmica da cidade e em questões trabalhistas.
- D) O descumprimento de decisão judicial é uma situação autorizadora da intervenção da União nos Estados ou no Distrito Federal. Considerando-se que tais entes federados não possuem estado anímico, é irrelevante para o caso a voluntariedade ou a intenção que levou ao descumprimento da decisão judicial. Segundo jurisprudência reiterada do STF, em casos tais, basta a subsunção da situação posta ao texto constitucional, pelo que, havendo o enquadramento, estará autorizada a intervenção federal.
- E) Considere que como forma de prestigiar o princípio da igualdade, determinado município editou uma lei impondo aos prestadores privados de serviços de ensino a obrigação de estender o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes. Apesar da nobre motivação da referida lei, tem-se pela sua inconstitucionalidade.

**22) Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em sede de controle de constitucionalidade, marque a alternativa correta:**

- A) Admite-se o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) com a finalidade de ver declarada a inconstitucionalidade de uma lei ordinária municipal. No entanto, por falta de expressa previsão legal nesse sentido, tem-se que é descabido o uso da ADPF que tenha por objeto o reconhecimento da constitucionalidade de lei municipal.
- B) A Lei Federal nº 12.933/13 dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos. Dentre os beneficiários da referida lei não estão previstos os professores das redes públicas estadual e municipais de ensino, o que pode ser considerado um silêncio eloquente do texto legal. Desta forma, será considerada inconstitucional eventual lei estadual que estenda o benefício em questão aos citados profissionais, por invasão de competência legislativa da União, bem como por violação ao princípio da isonomia.
- C) Considerando que a Constituição brasileira prevê que os Estados membros também têm o dever de manutenção da segurança pública, é considerada constitucional a lei estadual que imponham às concessionárias de telefonia obrigações de compartilhamento de dados com órgãos de segurança pública.
- D) Para que as confederações sindicais e as entidades de classe possam propor ADI e ADC, o STF exige o cumprimento dos seguintes requisitos: a caracterização como entidade de classe ou sindical, decorrente da representação de categoria empresarial ou profissional; a abrangência ampla desse vínculo de representação, exigindo-se que a entidade represente toda a respectiva categoria, e não apenas fração dela; o caráter nacional da representatividade, aferida pela demonstração da presença da entidade em pelo menos 9 (nove) estados brasileiros; e a pertinência temática entre as finalidades institucionais da entidade e o objeto da impugnação.
- E) O Artigo 6º da Constituição brasileira prevê o lazer como um direito social. Já o Artigo 215 prevê que o Estado garantirá a todos o pleno

exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Assim, será considerada constitucional a lei municipal que institua o acesso gratuito de idosos às salas de cinema da cidade, no período compreendido entre segunda e sexta-feira.

**23) Assinale a alternativa correta:**

- A) Considere que a Câmara dos Vereadores do Município X aprovou uma lei de iniciativa parlamentar e que concedia isenção de um imposto municipal a determinados munícipes que preenchessem certos requisitos. Neste caso, a lei é inconstitucional por haver violação à separação dos poderes, uma vez que, por ter impacto direto no orçamento, a iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.
- B) As decisões judiciais em desconformidade com a súmula vinculante poderão ser objeto de reclamação. A súmula terá por objetivo a validade, interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgão judiciário ou entre esse e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- C) A atual ordem constitucional não autoriza que as Constituições Estaduais disciplinem o controle abstrato de inconstitucionalidade por omissão.
- D) O poder constituinte originário inicia uma nova ordem jurídica, de modo que os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento de uma nova Constituição.
- E) Em razão da autonomia que os Estados membros possuem à luz do texto constitucional, as constituições estaduais poderão prever novas hipóteses de reserva de lei complementar, não estando limitadas àquelas previstas na Constituição federal. Em tal situação, o interesse local justificaria a inovação.

**24) Assinale a alternativa correta:**

- A) não há previsão na Constituição Federal, como direito fundamental do cidadão, do dever do Estado de promover a defesa do consumidor;
- B) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é direito fundamental assegurado ao cidadão, nos termos da lei;
- C) as constituições escritas, também conhecidas como históricas ou costumeiras, não estão contidas em um único documento, mas em vários textos, costumes e também em precedentes judiciais;
- D) é lícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito;
- E) na temática da liberdade de associação (inciso XX do art. 5º da Constituição Federal), é constitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação do débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.

**25) Assinale a alternativa incorreta:**

- A) a respeito da classificação das constituições e seus critérios, é possível afirmar que as constituições não escritas são as constituições veiculadas por um texto normativo, onde as normas constitucionais são sistematizadas em um documento que recebe a designação de Constituição;
- B) segundo decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), com repercussão geral reconhecida (Tema 855), a exigência constitucional de aviso

prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local;

- C) direitos fundamentais são aqueles direitos reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado;
- D) a liberdade de associação abarca o direito de o associado se desligar da associação, sendo certo que esse direito encontra expressa previsão no inciso XX do art. 5º da Constituição Federal, o qual estabelece que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”;
- E) é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico.

**26) Assinale a alternativa incorreta:**

- A) os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- B) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão;
- C) não viola a liberdade de expressão a decisão de retirar da Netflix o especial de Natal do Porta dos Fundos porque seu conteúdo satiriza crenças e valores do cristianismo;
- D) é inconstitucional lei que preveja requisitos diferentes entre homens e mulheres para que recebam pensão por morte;
- E) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**27) Tendo em vista as normas constitucionais acerca de processos e garantias processuais, é CORRETO afirmar que:**

- A) A regra de publicidade dos julgamentos junto ao Poder Judiciário se restringe aos tribunais superiores e não é absoluta quando se trate de decisão de primeira instância.
- B) A constituição prevê que nos julgamentos do Poder Judiciário todas as suas decisões serão fundamentadas, sob pena de nulidade
- C) A Constituição prevê os princípios do contraditório e da ampla defesa inclusive em todos os casos de processos perante o Tribunal de Contas da União.
- D) As normas sobre processo e julgamento de crimes de responsabilidade são de competência concorrente, de modo que Estados e Município podem expedir normas no seu interesse local.
- E) Os princípios do contraditório e da ampla defesa não se aplicam nos casos de procedimentos referentes à inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes da União.

**28) Sobre os princípios e normas constitucionais referentes à tributação, é INCORRETO afirmar somente que:**

- A) É contrário à Constituição a previsão de incidência de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre locações de bem móvel.
- B) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.
- C) A Constituição prevê apenas a possibilidade de instituição de 13 impostos especificamente nominados e com base designada, distribuídos expressamente entre as entidades da federação: União, Estados e Municípios.
- D) Após antigo debate jurídico, é assente que é constitucional a lei do Município que reduz o imposto predial urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.
- E) Há grande debate nacional atual sobre reforma em matéria de impostos, de modo que pode haver grave prejuízo aos Municípios, com redução das receitas próprias e comprometimento do princípio da autonomia federativa.

**29) Considerando o disposto na Constituição acerca da Ordem Social, assinale a alternativa CORRETA**

- A) Cabe aos Municípios oferecer ensino médio gratuito e universal;
- B) É vedada a fixação, pelo Estado, de conteúdos mínimos para o ensino fundamental.
- C) A iniciativa privada pode livremente atuar na área do ensino/educação, independentemente de quaisquer condicionantes, em razão da Lei de Liberdade Econômica.
- D) É dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.
- E) Em razão do princípio da separação dos poderes, é vedado ao Judiciário determinar ao Executivo que assegure vaga no ensino básico obrigatório a estudante.

**30) O Município foi vencido em ação judicial em matéria tributária, transitada em julgado em 15 de julho de 2023, e na qual foi condenado a pagar ao autor valor hoje equivalente a 20 salários-mínimos. Considerando o disposto na Constituição Federal, o autor da demanda receberá o valor a que tem direito:**

- A) ainda no ano de 2023, por meio de precatório alimentar, que tem prioridade em relação aos demais.
- B) por meio de requisição de pequeno valor (RPV).
- C) no ano de 2024, por meio de precatório.
- D) após 30 dias contados a partir da intimação da Fazenda Pública Municipal do trânsito em julgado da ação, mediante alvará eletrônico expedido pela Vara da Fazenda Pública.
- E) ainda no ano de 2023, por meio de precatório comum, por se tratar de condenação de valor inferior a 40 salários-mínimos.

**31) Nos termos da Constituição Federal, NÃO cabe à lei complementar:**

- A) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- B) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- C) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- D) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;
- E) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação às contribuições discriminadas na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

**32) Assinale a alternativa incorreta.**

- A) A obrigação tributária pode ser classificada como principal ou acessória;
- B) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador.
- C) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- D) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- E) A obrigação principal extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

**33) Maria recebeu uma notificação de lançamento tributário de IPTU no valor de R\$ 3.000,00 entregue pelo porteiro do seu prédio. A notificação informa que Maria tem o prazo de 30 dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa. Ocorre que o porteiro somente encaminhou a carta para Maria após o prazo limite para apresentação de defesa, mesmo tendo recebido há mais de 40 dias o documento. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:**

- A) É condição de validade da notificação postal, a prova do recebimento pelo contribuinte, mediante assinatura do respectivo AR.
- B) Em razão do valor da dívida, a notificação pode se dar exclusivamente mediante publicação de edital
- C) Como a notificação não foi recebida em mãos por Maria, considera-se que não se iniciou o prazo para impugnação do lançamento.
- D) Por se tratar de dívida de IPTU, o contribuinte é considerado notificado do lançamento do imposto pelo envio do carnê ao seu endereço, independentemente de prova de recebimento pela assinatura do AR.
- E) O prazo comum de trinta dias para apresentação de defesa ou pagamento viola o disposto no Código Tributário Nacional, que prevê expressamente se tratar de prazos sucessivos.

**34) No que tange a possibilidade de alteração do polo passivo da execução fiscal é possível afirmar:**

- A) Ocorrendo o falecimento do executado após o ajuizamento, citado ou não citado, a execução não pode prosseguir.
- B) Ocorrendo o falecimento do executado antes do ajuizamento prossegue a execução se ao tempo do lançamento estava vivo e a Fazenda Pública só teve ciência posterior.
- C) Ocorrendo o falecimento do executado antes do ajuizamento prossegue a execução contra os sucessores.
- D) Ocorrendo o falecimento do executado após o ajuizamento, tendo sido citado, prossegue a execução contra o Espólio.
- E) Ocorrendo o falecimento do executado antes ou depois do ajuizamento não prossegue a execução em razão da Súmula 392 do STJ.

**35) Quanto a suspensão da exigibilidade e a prescrição é correto dizer que:**

- A) Ajuizada execução fiscal e havendo parcelamento ocorre a interrupção da prescrição.
- B) Antes do ajuizamento não é possível suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- C) Somente o depósito na própria execução é que suspende a exigibilidade.
- D) A suspensão da exigibilidade importa na suspensão da execução, mas não suspende o prazo prescricional.
- E) A prescrição intercorrente não é interrompida pela suspensão do processo por falta de previsão no CTN.

**36) Em casos de Falência e Recuperação Judicial é correto, quanto ao crédito tributário, dizer que:**

- A) Com a sentença que decreta a Falência e a Recuperação Judicial fica suspensa qualquer execução fiscal.
- B) O crédito tributário não pode ser ajuizado contra a Massa Falida.
- C) Na falência deve a Fazenda Pública apresentar seus créditos para inclusão no Quadro Geral de Credores
- D) Com o deferimento da Recuperação Judicial há suspensão da exigibilidade dos créditos tributários.
- E) O crédito tributário é prioritário em qualquer situação, seja na Falência, seja na Recuperação Judicial.

**37) Considerando o enunciado, marque a alternativa CORRETA.**

**A empresa Serviços em Consultoria Ltda. ajuizou em 2022 ação anulatória de débito fiscal, visando desconstituir auto de infração e lançamento de ISS, sem prestação de garantia, fundado em alegações de nulidade. Em 2023 o Município ajuíza execução fiscal para cobrança dos créditos tributários decorrentes do referido auto de infração. A empresa executada opõe exceção de pré-executividade, requerendo a extinção do feito, haja vista que o ajuizamento da ação ordinária foi anterior ao feito executório. A exceção de pré-executividade deverá ser julgada:**

- A) procedente, pois o rol de hipótese do artigo 151 do CTN é exemplificativo.
- B) improcedente, pois o prévio ajuizamento de ação declaratória de nulidade de auto de lançamento não é suficiente para suspender a exigibilidade dos créditos, uma vez que não consta do rol de hipóteses do art. 151 do CTN.
- C) parcialmente procedente, apenas para expedir Certidão de Regularidade Fiscal.
- D) parcialmente procedente, apenas para suspender a execução fiscal até o trânsito em julgado da ação ordinária.
- E) parcialmente procedente para suspender a exigibilidade dos créditos tributários e expedir CND.

**38) Considerando o enunciado, marque a alternativa CORRETA.**

**Em 1º de janeiro determinado sujeito foi notificado pela Fazenda Municipal para pagamento do IPTU relativo a imóvel cadastrado em seu nome. Protocolou, então, requerimento de revisão fiscal, sob o argumento de que o imóvel foi objeto de promessa de compra e venda há mais de cinco anos, que não fora levada a registro no Álbum Imobiliário, havendo cláusula expressa imputando ao adquirente a responsabilidade pelo pagamento dos tributos relativos ao imóvel a contar da data da imissão na posse. Requer a nulidade do lançamento por erro na identificação do sujeito passivo, com fundamento no artigo 142 do CTN. O Município, ao analisar o documento juntado, inclui o adquirente do imóvel na ficha cadastral do imóvel e em relação ao lançamento, deverá:**

- A) declarar nulo, pois a convenção entre as partes sobre a responsabilidade pelo pagamento do tributo pode ser oposta à Fazenda Pública.
- B) declarar nulo, porém não poderá fazer novo lançamento contra o adquirente, pois a compra e venda ocorreu há mais de cinco anos.
- C) mantê-lo, pois pelas dívidas tributárias respondem solidariamente o proprietário registral e o possuidor.
- D) declarar nulo, uma vez que o fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel.
- E) atualizá-lo, adotando como base de cálculo o valor do contrato de promessa de compra e venda apresentado pelo contribuinte.

**39) Considerando o enunciado, marque a alternativa CORRETA.**

**Numa dissolução de sociedade, os imóveis que integravam o capital social da empresa irão retornar aos sócios que integralizaram sua quota com esses mesmos imóveis, conforme estabelecido no contrato social. Nessa operação, em relação à transmissão:**

- A) incidirá ITBI, de competência do Estado, que tem como fato gerador a transmissão a qualquer título da propriedade ou domínio útil de bens imóveis.
- B) Incidirá ITCMD, de competência do Estado, que tem como fato gerador a doação de quaisquer bens ou direitos.
- C) Incidirá ITBI, de competência do Município, que tem como fato gerador a doação de quaisquer bens ou direitos.
- D) Incidirá ITBI, de competência do Município, que tem como fato gerador a transmissão a qualquer título da propriedade ou domínio útil de bens imóveis.

- E) Não incidirá ITBI, pois na extinção da sociedade ocorre a imunidade prevista no art. 156, §2º, da Constituição Federal.

**40) Marque a alternativa correta:**

- A) A interpretação da legislação que trata de isenção e imunidade deve ser extensiva.
- B) De acordo com o CTN, a isenção é causa de extinção do crédito tributário, instituída por lei ou decreto de iniciativa da autoridade tributante, e que deve alcançar lançamentos pretéritos à sua instituição.
- C) De acordo com a Constituição Federal, é possível a cobrança de impostos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou.
- D) O princípio da isonomia, previsto no artigo 150, inc. II, da Constituição Federal, significa que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir o mesmo tratamento entre contribuintes que se encontram em situação equivalente.
- E) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o IPTU não incide sobre templos de qualquer culto quando locados às entidades detentoras da imunidade de que trata o artigo 150, inc. VI, alínea “b”, do texto constitucional.

**41) Sobre as invalidades no Direito Processual Civil:**

- A) Não há diferença semântica entre as expressões “vício processual” e “invalidade processual”;
- B) A improcedência liminar do pedido, prevista no artigo 332 do Código de Processo Civil, tem como pressuposto o reconhecimento de invalidade processual causada pelo autor;
- C) É nulo o processo em que o Ministério Público deva intervir quando, mesmo intimado, não venha a efetivamente apresentar manifestação;
- D) Segundo o princípio da causalidade, anulado o ato processual, todos os atos processuais anteriores do procedimento consideram-se de nenhum efeito;
- E) Nenhuma assertiva está correta.

**42) Assinale a alternativa correta sobre precedentes:**

- A) No Direito brasileiro atual, apresentam, sempre, finalidade unicamente persuasiva;
- B) A modulação de efeitos para promoção de segurança jurídica, proteção da confiança e isonomia é cabível, apenas, em precedentes exarados no âmbito do controle concentrado de inconstitucionalidade;
- C) O dever de estabilidade jurisprudencial, previsto no artigo 926 do Código de Processo Civil, impõe uma vedação absoluta de alteração de entendimento por parte dos tribunais;
- D) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiência pública;

- E) Nenhuma está totalmente correta.

**43) Sobre o Princípio da persuasão racional é incorreto afirmar:**

- A) Está vinculado à atividade de apreciação das provas pelo juiz;
- B) Permite ao juiz apreciar livremente as provas dos autos, desde que fundamente racionalmente sua valoração;
- C) Significa que o juiz não pode julgar contra conclusão de perícia produzida no processo;
- D) Não se confunde com o Princípio da Inércia.
- E) Não impede que seja realizada análise de prova na segunda instância.

**44) Sobre a tutela provisória com fundamento na evidência. Assinale a alternativa correta:**

- A) A tutela provisória de evidência, com fundamento no abuso de direito de defesa, poderá ser concedida em caráter liminar.
- B) O pedido de tutela provisória de evidência não prescinde de risco ao resultado útil do processo.
- C) A Tutela provisória de evidência poderá ser concedida tanto em caráter incidental quanto antecedente.
- D) A tutela provisória de evidência, por sua natureza, somente poderá ser concedida em caráter incidental.
- E) A tutela provisória de evidência não visa melhor distribuir o ônus do tempo do processo.

**45) Sobre os negócios jurídicos processuais e a Fazenda Pública em juízo. Assinale alternativa correta:**

- A) A Fazenda Pública pode celebrar negócios jurídicos típicos e atípicos.
- B) Os negócios jurídicos processuais não exigem que o objeto seja lícito.
- C) A Fazenda Pública somente pode celebrar negócios jurídicos atípicos.
- D) O negócio jurídico processual tem por objeto ônus, deveres e faculdades processuais, bem como o objeto principal da demanda.
- E) Os negócios jurídicos processuais têm exclusivamente como objeto o pedido da demanda.

**46) Sobre o processo estrutural no direito brasileiro. Assinale alternativa correta:**

- A) O processo estrutural visa a tutela somente de direito individual heterogêneo lesado ou ameaçado de lesão.
- B) O processo estrutural é aquele que impõe uma reforma estrutural, haja vista a existência de um problema estrutural, originado por conduta ilícita e continuada perpetrada pelo réu, sendo de extrema relevância para a concretização de políticas públicas e para a concretização de direitos fundamentais.

- C) Os direitos individuais homogêneos, coletivos stricto sensu e difusos jamais poderão ser tutelados por meio de processo estrutural uma vez que a violação a direito coletivo não gera um problema estrutural.
- D) O processo estrutural não exige diálogo entre as partes e terceiros possivelmente afetados pela decisão, pois o juiz neste tipo de demanda possui maiores poderes na condução, na instrução e na execução.
- E) Não existe processo estrutural no direito brasileiro.

**47) Em relação à Fazenda pública em juízo. Assinale a alternativa correta:**

- A) Possui prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- B) Possui prazo em dobro para recorrer e contestar, inclusive nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- C) À Fazenda Pública não se aplica o ônus de impugnação especificada em relação às narrativas de fato descritas na petição inicial do autor.
- D) À Fazenda Pública incidem os efeitos materiais da revelia, bem como a pena de confissão.
- E) A Fazenda Pública somente possui prerrogativas no processo eletrônico.

**48) Segundo o Código de Processo Civil são Normas Fundamentais do Processo Civil, exceto:**

- A) as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- B) aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- C) somente as partes do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- D) é assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- E) ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum.

**49) Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas no código de processo civil. Assinale alternativa correta:**

- A) Exige para a instauração a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- B) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- C) Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá facultativamente.
- D) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede que seja novamente suscitado.
- E) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas mesmo quando os tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência,

já tiverem afetado recurso para definição de tese sobre a questão de direito repetitiva.

**50) Segundo o código de processo civil a apelação terá em regra efeito suspensivo. Todavia, além de outras hipóteses previstas em lei, a apelação não terá efeito suspensivo em alguns casos. As hipóteses que retiram o efeito suspensivo da apelação estão previstas a seguir, exceto:**

- A) homologa divisão ou demarcação de terras;
- B) condena a pagar alimentos;
- C) extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;
- D) julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;
- E) rejeita o pedido de tutela provisória